

ESCRITORAS NORDESTINAS NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO: LUTAS E LETRAS EM PROL DA LIBERDADE

NORTHEASTERN FEMALE WRITERS IN BRAZILIAN ABOLITIONIST MOVEMENT: STRUGGLES AND LITERATURE FOR FREEDOM

Ana Lúcia Santos Silvaⁱ
Inara de Oliveira Rodriguesⁱⁱ

Resumo: Neste artigo abordamos as experiências de escritoras nordestinas que se envolveram no movimento abolicionista no século XIX, principalmente aquelas que discorreram sobre essa temática nos seus escritos literários, veiculados tanto em livros quanto em textos publicados na imprensa da época. Emília Freitas, Francisca Clotilde, Maria Ignez Sabino Pinho Maia, Maria Amélia de Queirós Sodrê da Mata e Maria Firmina dos Reis são as escritoras elencadas neste estudo, sendo que esta última recebeu aqui maior destaque por ter sido uma mulher preta, descendente de mulheres alforriadas e sem os mesmos privilégios que as outras quatro. A análise do que foi produzido por elas, bem como de aspectos de suas vidas, nos levam a entender melhor a participação feminina nos movimentos de abolição. Essas ações foram sistematicamente excluídas e/ou marginalizadas na historiografia oficial, sendo essas belettristas também ofuscadas pelo Cânone Literário Brasileiro. Para nortear esta revisão bibliográfica, amparamo-nos em Davis (2016), Gomes (2022) e Schumacher e Brazil (2000), dentre outras/os estudiosas/os. Concluímos que as experiências dessas escritoras não foram exceções no movimento abolicionista brasileiro, mas fruto de uma organização na luta por direitos, inclusive pelo acesso das mulheres à Educação, e permitiu-nos refletir sobre o processo de apagamento e marginalização que sofreram.

Palavras-chave: Abolicionismo; Literatura e Periódicos no Século XIX; Emancipação Feminina.

Abstract: *In this article we present the experiences of Northeastern female writers who were involved in the abolitionist movement in the 19th century, mainly those who discussed this topic in their literary writings, published both in books and in texts in the press then. Emília Freitas, Francisca Clotilde, Maria Ignez Sabino Pinho Maia, Maria Amélia de Queirós Sodrê da Mata and Maria Firmina dos Reis are the writers analyzed in this study, with the latter receiving greater prominence for being a black Woman and a descendant of freed slaves without the same privileges as the other four. The analysis of what was produced by them, as well as aspects of their lives, leads us to better understand about female participation in the abolition movements. Those actions were systematically excluded and/or marginalized in official historiography, and those female belletrists were also overshadowed by the Brazilian Literary Canon. To guide this bibliography review, we relied on Davis (2016), Gomes (2022) and Schumacher and Brazil (2000), among other scholars. We conclude that the experiences of those writers were not exceptions in the abolitionist movement, but the result of an organization fighting for rights, including women's access to Education, and allowed us to reflect on the process of erasure and marginalization that they suffered.*

Keywords: *Abolitionism; Literature and Periodicals in the 19th Century; Female Emancipation.*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

ⁱ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz; Mestre em História do Atlântico e da Diáspora Africana (PPGH-UESC). Professora substituta no IF Baiano (Campus Guanambi). E-mail: aluciasantos09@gmail.com.

ⁱⁱ Professora Doutora do PPGH UESC, bem como do Curso de Letras e do PPGL Linguagens e Representações da mesma universidade. Pesquisadora CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas. E-mail: iorodrigues@uesc.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O movimento abolicionista brasileiro desenvolveu-se de maneira bastante diversificada. Vários foram os instrumentos utilizados pelos sujeitos engajados na luta contra a escravização. Suas ações abarcaram desde os campos jurídico e legislativo, disputas políticas, organização de espetáculos abordando a temática e ainda propaganda em massa veiculada por meio de jornais e folhetins. Salientamos a importância deste último ponto, pois foi através da imprensa que os ideais abolicionistas se popularizaram, fazendo com que a discussão a respeito da escravização se disseminasse para além da elite nacional, chegando também aos trabalhadores em geral e às mulheres.

É comum pensar no movimento abolicionista como um movimento masculino. Lembramos com facilidade dos nomes dos grandes homens abolicionistas, mas, quando se trata das mulheres, existe uma dificuldade em reconhecê-las pelo menos uma delas. Fomos habituadas/os a ter esse tipo de pensamento devido ao fato de que as experiências das mulheres do período foram invisibilizadas e colocadas em segundo plano. Porém, diversas pesquisas e revisões historiográficas apontam que as brasileiras também estiveram bastante envolvidas com a causa do fim da escravidão. Embora muitas delas sejam anônimas, temos conhecimento da trajetória de algumas, principalmente daquelas que se inseriram no espaço da escrita, tanto no âmbito da Literatura quanto no âmbito da imprensa, destacando-se que, em diversos momentos dos oitocentos, os dois espaços estiveram entrelaçados.

É interessante destacar que, normalmente, quando se aborda a atuação de escritoras abolicionistas, existe uma ideia de que as poucas que existiam eram exceções. Salientamos a dificuldade de encontrar fontes que nos permitam explorar mais as trajetórias de cada uma delas, ou mesmo de conhecer um número considerável, mas, durante a elaboração do nosso trabalho, conseguimos perceber que existiu, principalmente nos anos que antecederam a Abolição de 1888, um movimento de mulheres que, através da escrita e de declamações, atuaram no movimento abolicionista. Essas mulheres liam umas às outras e viam em suas antecessoras a inspiração para escrever e produzir (Silva, 2023).

Neste artigo – que se constitui como um recorte de nossa dissertação de mestrado, vinculado ao PPGH (UESC)¹ –, centralizamos nosso escopo nas experiências de escritoras nordestinas abolicionistas pelo fato de que estavam organizadas em maior número e ainda assim não tiveram o devido reconhecimento de suas ações pela historiografia tradicional.

¹ Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ihéus, Bahia (Nota dos Autores).

Evidenciamos aqui as seguintes escritoras: Emília Freitas, Francisca Clotilde, Maria Ignez Sabino Pinho Maia, Maria Amélia de Queirós Sodré da Mata e Maria Firmina dos Reis. Ressaltamos aqui suas histórias e produções, relacionando as suas trajetórias pessoais com as nuances e períodos do movimento abolicionista.

Na seção a seguir, destacamos como era a imprensa abolicionista brasileira e como a inserção das mulheres nesse espaço representou também a luta por sua emancipação enquanto grupo social. Logo após, expomos as trajetórias das já referidas escritoras, com maior destaque para a experiência de Maria Firmina dos Reis no segundo subitem da seção Resultados e Discussão, no qual analisamos o conteúdo de algumas de suas produções.

Antes de apresentarmos os assuntos supra postos, descrevemos brevemente, ato seguido, o percurso metodológico que traçamos e trilhamos para transformar parte de nossa dissertação no presente artigo científico.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Durante o processo desta pesquisa, nosso objetivo maior foi o de encontrar os nomes de escritoras abolicionistas e juntar o máximo de informações possíveis sobre elas. Já conhecíamos um pouco da trajetória de Maria Firmina dos Reis (Maranhão) e de Adelina Lírio (Espírito Santo). Entretanto, foi através da busca em dicionários de mulheres que nos deparamos com um total de 11 escritoras que estavam envolvidas com o abolicionismo, escrevendo textos literários sobre o tema.

Seguimos a esteira de suas trajetórias a fim de sabermos mais sobre elas e sobre suas atuações enquanto abolicionistas. Para tal, procuramos suas obras, os jornais nos que publicaram, possíveis relações com associações abolicionistas (mistas e femininas), trabalhos acadêmicos e tudo o mais que apontasse para suas experiências.

O fato de juntar fragmentos e informações encontradas não foi suficiente para responder a todas as perguntas que tínhamos; apenas confirmaram o que supomos no início: as mulheres brasileiras e, especificamente aqui, as escritoras, estiveram ativamente envolvidas com o movimento abolicionista.

Essa, portanto, é uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, de abordagem qualitativa e de objetivo exploratório.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 A imprensa abolicionista e a emancipação feminina no Brasil

Não apenas em nosso país, mas constituindo-se como uma característica macro, na primeira metade dos oitocentos, era veiculada o que podemos chamar de “imprensa para as mulheres”. Nesse tipo de produção, geralmente construída e redigida por homens, o conteúdo restringia-se a um viés pedagógico com o objetivo de “ensinar as mulheres a se comportar”, o que reforçava os papéis sociais de gênero. As mulheres eram incentivadas a realizar “leituras inofensivas” que abordassem as temáticas de maternidade, casamento, moda, beleza e comportamento, mas, como a transgressão sempre fez parte das trajetórias femininas, muitas delas liam não somente o que era esperado, mas se interessavam também por Literatura, política e outros assuntos que pertenciam à esfera do masculino.

A partir de 1850, as mulheres começaram a conquistar espaço para escrever em jornais e mesmo fundar periódicos. Pode-se perceber, nesse momento, a construção de uma imprensa das mulheres, que mesmo atravessada pelos ideais patriarcais da época, utilizou esse espaço para reivindicar direitos como Educação e voto femininos, além de produzir uma discussão política sobre os acontecimentos do cotidiano – como a escravização e o abolicionismo.

O que chamamos de imprensa abolicionista é esse núcleo de propaganda do movimento realizada nos jornais, periódicos e folhetins brasileiros entre as décadas de 1860 e 1880, principalmente na última. A propaganda abolicionista era veiculada através de notícias que evidenciavam a violência da escravização – artigos de opinião, tradução de textos do repertório estrangeiro, contos, crônicas, charges e demais publicações. Atrelada à luta pela própria emancipação, as mulheres do período inseriram-se no espaço da imprensa abolicionista, escrevendo a respeito da liberdade dos indivíduos escravizados. Ao tempo que escreviam e suas aparições nesses veículos iam se tornando frequentes, tornavam-se conhecidas localmente, criando uma certa visibilidade.

Davis (2016, p. 51) destaca, com relação à atuação das mulheres abolicionistas dos Estados Unidos, e nós estendemos às brasileiras, que a “[...] campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu trabalho concreto [...]” e que, possivelmente, “[...] seu envolvimento político na luta contra a escravidão talvez tenha sido tão intenso, apaixonado e total porque podiam vivenciar uma estimulante alternativa à sua vida doméstica” (*idem*). Em outras palavras: a luta das mulheres pelo fim da escravidão configurava-se também em ações que visavam estabelecer a emancipação feminina.

Na próxima seção, que amplia o debate aqui proposto, tratamos sobre algumas delas – nordestinas todas –; em especial, por último, Maria Firmina dos Reis, tal como já o mencionamos acima.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Escritoras abolicionistas entre Ceará, Pernambuco e Bahia

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Dentro deste contexto de atraso, destacou-se a insurgência do Ceará, a província que primeiramente libertou escravizadas/os em nosso país, em 1884, quatro anos antes da abolição oficial, e também a província em que mais encontramos nomes de escritoras abolicionistas.

A primeira delas é Emília Freitas (Figura 1), oriunda de uma família que aderiu aos ideais abolicionistas. Seu pai, o Tenente-Coronel Antônio José de Freitas, era um republicano, abolicionista e liberal, e sua mãe, Maria de Jesus, ensinou algumas/uns de seu contingente de escravizadas/os a ler (Oliveira, 2007). Foi na década de 1870 que Emília vivenciou o período de intensidade nas publicações em jornais e também recitando seus poemas em espaços públicos, como o Clube Cearense, além de manter contato com a Sociedade das Cearenses Libertadoras.

Figura 1 – Emília Freitas



Fonte: Editora Fora do Ar
Disponível em: <https://editoraforadoar.com.br/emilia-freitas>
Acesso em: 26 nov. 2023

A autora encontrou na imprensa do período que antecedeu a abolição um espaço para externalizar, através da Literatura, sua insatisfação com a violência da escravização. O poema

que tem por título “Libertação da Província do Ceará” é o texto da poetisa que, em nossa visão, mais evidencia sua relação com o movimento abolicionista:

LIBERTAÇÃO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ²

Graças aos Céos, eu vivi
Até a hora em que vi
Minha terra triumphar!
Pasmada de tanta glória!
Nesta estupenda victoria
Minh'alma julga sonhar! [...]

Liberto o último escravo,
Diz, que ouviu distincto – bravo!
Nas ethereas regiões,
E os anjos n'um momento
Voaram no firmamento
Cantando vossas acções!

E lá na Sacra morada,
Foi esta nova levada
Até ao trono de Deus!
Que em louvor do – Ceará
Tambem mandou celebrar,
Hoje, uma festa nos Céos!

Pode-se observar a comemoração da Abolição da Escravatura já realizada no Ceará, o que também patenteia a satisfação de Emília por ter conseguido ver e vivenciar a libertação do “último escravo”, apontando que tal ação foi resultado do engajamento anterior de um grupo social daquela província, no qual a autora atuava – tanto escrevendo na imprensa, em especial no jornal *O Libertador*, quanto realizando ações relacionadas às movimentações da Sociedade Libertadora Cearense (Oliveira, 2007).

Outra escritora da mesma província que também teve seus poemas publicados no jornal *O Libertador* foi Francisca Clotilde Castello Branco Correia Lima (Figura 2), que de início utilizava o pseudônimo de Jane Davy. Seus poemas foram veiculados, além do já referido periódico, também em *O Domingo*, *A Quinzena*, *Revista Contemporânea*, *A República* e *O Combate*. Publicou ainda os livros *Noções de Aritmética* (1889), *Coleção de Contos* (1897) e *A Divorciada* (1902). Afora a atuação como escritora, Francisca Clotilde também foi professora nessa província, sendo a primeira mulher a lecionar na Escola Normal do Ceará.

² Trecho do poema de Emília Freitas (1891, p. 44-46) *apud* Oliveira (2007, p. 217-218).

Figura 2 – Francisca Clotilde

Fonte: Fortaleza em Fotos, 2020

Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2010/12/francisca-clotilde.html>

Acesso em: 27 nov. 2023

Há notas e notícias, no jornal *O Libertador*, sobre sua participação em eventos anteriores à Abolição da Escravidão no Ceará: “Apareceu em seguida na tribuna a Exm.a Sr.a Francisca Clotilde, que em versos lindos e entusiasticos cantou o brilhante feito, que immortalisava o Ceará”; e posteriores, já que mesmo depois de 1884, as outras províncias ainda mantinham o sistema escravocrata em voga e o Ceará se colocava como um exemplo às demais. Além das notícias sobre a autora, o jornal *O Libertador* também veiculava suas produções literárias, como é o caso do soneto abaixo, no qual ela enaltece sua terra natal por conduzir a libertação dos escravizados de maneira pioneira, desejando ver o restante do país igualmente livre:

Naquelle grande dia, a heroica ‘ortaleza
Aos ventos desfraldando o branco pavilhão
Em Santo entusiasmo e nobre ardor accerca
Bradava: quero luz! Abaixo a escravidão!

Do povo cearense o enorme coração
Banhava-se de goso, ao fim da santa empreza
E vós libertadores, a derradeira presa
Tiráveis ao senhor, em nome da razão.

Por isso, ao despontar a aurora gloriosa,
E’ justo que a saudar-vos venha pressurosa
Quem se ufana também de ser libertadora,

E que quizera ver a pátria idolatrada
Tão livre como é hoje a terra abençoada
Onde primeiro ergue a gente redemptora³.

Destacamos que esse soneto de Francisca Clotilde segue a mesma linha de escrita de Emília Freitas, comemorando e enaltecendo a libertação das/os escravizadas/os promovida pela

³ Soneto de Francisca Clotilde em *O Libertador* – Ano 1887/Edição 00143 (1). Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=3231>. Acesso em: 15 ago. 2023.

província cearense, no afã e como incentivo para que as outras províncias seguissem seu exemplo.

Além do Ceará, destacamos também a atuação das mulheres de Pernambuco e Bahia, através das trajetórias de Maria Ignez Sabino Pinho Maia e Maria Amélia de Queirós Sodré da Mata. A primeira foi uma escritora que nasceu na Bahia e atuou no movimento abolicionista, principalmente em Pernambuco, e a segunda, uma poetisa abolicionista e uma das fundadoras da Sociedade Abolicionista Aves Libertas, junto a Leonor Porto⁴. Maria Ignez (Figura 3) nascera em uma família com poder aquisitivo, tendo sido enviada para estudar Letras na Inglaterra, destoando do que normalmente era proposto às mulheres daquele período em termos de Educação. Movimentou-se entre Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo neste último onde mais desenvolveu sua escrita e mais apresentou colaborações em jornais.

A autora escreveu o *Dicionário de Mulheres Ilustres do Brasil* (1899), obra que retoma os nomes de escritoras, artistas e outras intelectuais influentes nas mais variadas áreas e que foi utilizado como referência para diversos trabalhos historiográficos sobre mulheres. Esse dicionário é importante porque destaca Ignez como uma mulher que escreveu sobre as trajetórias de outras mulheres, na tentativa de romper a invisibilidade e perpetuar suas memórias.

Figura 3 – Maria Ignez Sabino Pinho Maia



Fonte: Templo Cultural Delfos

Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/06/ignez-sabino-pinho-maia.html>

Acesso em: 27 nov. 2023

⁴ Leonor Porto era costureira e modista, compondo o quadro das mulheres trabalhadoras que também estavam envolvidas com a libertação das/os escravizadas/os. E para além da angariação de fundos, Leonor fez de sua casa a sede da referida associação. Muitas vezes, também em sua casa, ela escondeu escravizadas/os em fuga (Nota dos Autores).

Ignez Sabino – como assinava seus textos –, publicou os livros *Rosas Pálidas*, *Impressões* e *Aves Libertas*, todos no decorrer do ano de 1887, sendo o último de temática antiescravista. De acordo com Nascimento (2023, s. p): “[...] essa obra obteve grande consagração do público após um dos seus poemas ter sido recitado pela atriz Ismênia dos Santos, no Teatro Santa Isabel, em Recife”. O título do livro, *Aves Libertas*, faz referência à associação abolicionista de mesmo nome, cofundada por Maria Amélia de Queirós Sodrê da Mata (Figura 4), junto a Leonor Porto. De acordo com Schumacher e Brazil (2000, s. p.):

A associação Ave Libertas lançou o jornal *Vinte e Cinco de Março*, em 1885, comemorando o primeiro aniversário da libertação dos escravos no Ceará, com pequenos textos e poesias escritos por homens e mulheres. Ao longo do ano de 1887, Maria Amélia proferiu palestras que marcaram a luta abolicionista em Pernambuco, levando ao público suas ideias e opiniões. Tornou-se uma das mulheres-símbolo da participação feminina na campanha pelo fim da escravidão no Brasil.

Maria Amélia de Queirós Sodrê da Mata, além de atuar como escritora e professora na província pernambucana, também participava de diversas palestras públicas, “[...] falando a respeito da escravidão e defendendo a abolição, tanto que era reconhecida como uma das porta-vozes da sociedade de mulheres abolicionistas já referidas” (Silva, 2023, p. 70). A associação *Aves Libertas* organizava diversas atividades a fim de levantar fundos para a libertação de escravizadas/os e também promovia grandes eventos em teatros. Nessas ocasiões, Maria Amélia discursava.

Figura 4 – Maria Amélia de Queirós Sodrê da Mata



Fonte: E eu não sou feminista?, 2022

Disponível em: <https://feminismos.hypotheses.org/tag/partido-republicano-feminino>

Acesso em: 27 nov. 2023

Nascimento (2023, s. p.) destaca que a autora esteve ainda engajada com “[...] diversos debates sociais, seguiu uma militância política bastante ativa, se envolvendo com proposta de novos métodos educacionais, escola para crianças cegas e escolas noturnas para libertos”. Além

da atuação como professora nesses contextos, também trabalhou na imprensa, destacando-se sua atuação na revista carioca *A família*. Esse periódico foi dirigido por uma redação feminina, “[...] que publicava textos literários sobre temas cotidianos e políticos, principalmente voltados para as mulheres” (*idem*).

Ainda quanto à tríade docência-beletrismo-militância abolicionista, traçamos abaixo, com maior destaque, algumas linhas sobre uma intelectual vanguardista, prolífica e ousada para o seu tempo e contexto no Maranhão oitocentista e rico em cultura e História: Maria Firmina dos Reis. Ela foi a única de nossas fomenageadas neste artigo que não teve os mesmos privilégios que as outras, mas que, devido ao seu legado, fez-se tão ou mais conhecida e estudada do que elas, merecendo essa deferência de nossa parte, sem prejuízo para as demais.

3.2 Maria Firmina dos Reis, “Uma Maranhense” intelectual e abolicionista

A escritora maranhense, professora e fundadora de uma escola mista, Maria Firmina dos Reis, além de ser considerada a primeira mulher preta a publicar um romance no Brasil, *Úrsula* (1859), especialmente o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher – e uma mulher preta – em Língua Portuguesa e na América Latina, foi também uma abolicionista ferrenha na província do Maranhão, estando envolvida com o movimento em questão através da Literatura. Tanto em *Úrsula* quanto no conto “A escrava” (1887), que foi publicado e republicado em jornais e revistas da época, Firmina apresentou seu posicionamento a favor da Abolição da Escravatura. A autora escreveu ainda o “Hino à Liberdade dos Escravos”, cuja letra é a seguinte:

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

Fonte:

Disponível em: <https://primeirosnegros.com/maria-firmina-dos-reis-pioneira-na-literatura/>
Acesso em: 27 nov. 2023

Colocamos a experiência desta autora em destaque por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de que, diferentemente das outras mulheres citadas no subitem anterior, Firmina era uma mulher preta e não pertencente à elite financeira e intelectual da época, mas sim,

descendente de mãe e avó alforriadas. Órfãs desde a mais tenra infância, ela e a irmã mais nova foram criadas em um lar matricêntrico com a avó, uma tia e uma prima maternas. E em segundo lugar, pelo conteúdo de suas produções literárias, nas quais as personagens escravizadas não são apresentadas de maneira embrutecida ou objetificada, e sim ativas e articuladas, principalmente as mulheres.

Em *Úrsula*, sua *masterpiece*, ela desmistifica a África ao apresentá-la por meio de sua riqueza cultural e explicando a crueldade que se praticava contra os povos ali capturados pelos escravagistas – do apresamento ao traslado intercontinental e à desumana manutenção das/dos cativas/os. O povo preto, nesta obra, é protagonista e tem lugar de fala; quem o escraviza é marcado pela vilania, fraqueza e pela enfermidade, pela ambição e pela torpeza de espírito.

Destacamos ainda que esse romance foi publicado em meados dos oitocentos, quase uma década antes do poema “O Navio Negreiro”, de Castro Alves. É importante salientar isso porque a autora já estava abordando o abolicionismo em suas obras antes mesmo de que a temática entrasse em ebulição nos periódicos e no cotidiano, como aconteceu nas décadas de 70 e 80 do século XIX. Além do que, tendo ascendência africana e tendo tido sua família escravizada, ela tinha bastante mais fidedignidade para expor as dores de seu povo do que o poeta condoreiro, por exemplo, advindo de uma família escravagista e seguramente não afeito a frequentar os porões infectos, asfixiantes, traumatizantes e assassinos dos tumbeiros – ou mesmo a proa desses que também são conhecidos como navios negreiros.

Figura 5 – Ilustração⁵ de Maria Firmina dos Reis



Fonte – Primeiros Negros

Disponível em: <https://primeirosnegros.com/maria-firmina-dos-reis-pioneira-na-literatura/>

Acesso em: 27 nov. 2023

É em *Úrsula* também que Firmina nos apresenta a personagem Preta Susana, uma mulher africana escravizada, já de idade avançada, que em determinado momento da trama,

⁵ Esta é uma hipotética ilustração de Maria Firmina dos Reis construída por Wal Paixão para comemorar o que seria o aniversário de 196 anos da escritora, já que não se tem uma única foto dela, sendo a construção física de sua imagem baseada em descrições de pessoas que a conheceram (Nota dos Autores).

narra a própria história, descrevendo a trajetória atravessada pela violência de todos os estágios da escravização, reafirmando e exemplificando o que mencionamos acima. Susana aborda a captura em seu lugar de origem, onde ela vivia com a filha e o marido:

E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas e olhavam-me sem compaixão (Reis, 2018b, p. 181).

Logo após, é descrita a crueldade da travessia do Atlântico nos navios negreiros:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras (*idem*).

Depois dessa morte em vida, ela teve que enfrentar a adaptação forçada ao então território colonial português na América do Sul, lutando pela sobrevivência, sofrendo castigos físicos e tortura psicológica de toda ordem, como ver suas/seus agora companheiras/os passarem por todas aquelas situações de violência. A personagem descreve que

O comendador P. [senhor de escravos] derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! (Reis, 2018b, p. 182).

Maria Firmina dos Reis constrói, através da narrativa de Preta Susana, uma inversão da ideia de barbárie. Dessa forma, “Os bárbaros não são, no texto de Firmina, os escravizados, mas sim aqueles que os escravizam e os privam do que é tão primordial à vida: a liberdade” (Silva, 2023, p. 49). Susana destaca, com angústia, que: “[...] tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade!” (Reis, 2018b, p. 180). Essa é uma característica *sui generis* dessa obra emblemática. Até então, a escravidão era descrita sem o real conhecimento de causa por parte de quem narrava, sem lugar de fala – e sempre pela pena de escritores abastados, brancos e privilegiados. Firmina revirou essas condições e, mesmo assinando como “Uma Maranhense”, utilizou-se de seu *Magnum Opus* para denunciar uma prática cruel que se entendeu no Brasil oficialmente de 1535 a 1888.

No decorrer da trama, fica nítido, como aponta Marques (2016, p. 69), que Preta Susana é uma mulher que “[...] fala quando quer e, quando não quer não fala”. Há momentos de enfrentamento ao senhor de escravos, nos quais ela não lhe dá as informações que ele solicita sobre outras pessoas, sendo chamada por ele de “atrevida” (Reis, 2018b, p. 113). Atrevidas e

transgressoras. “Foram tantos os adjetivos direcionados às mulheres pretas, ao longo da história, com a intenção de caracterizá-las de forma pejorativa, mas, o que eles nos revelam é a constância de suas ações dentro do sistema escravocrata” (Silva, 2023, p. 50).

Além de *Úrsula* (1859) também destacamos o conto “A escrava”, publicado por Firmina pela primeira vez em 1887. A trama inicia-se com a descrição de um salão de eventos no qual as/os presentes conversavam sobre variados assuntos, até que surgiu a temática da escravidão. Então, uma mulher não identificada, descrita no texto como uma senhora de “[...] sentimentos sinceramente abolicionistas” (Reis, 2018a, p. 175), que pela descrição da autora, pertencia à elite local, assume a fala e começa a narrar o dia em que encontrou com a escravizada Joana (segunda protagonista), descrevendo que tal encontro não se deu dentro das melhores perspectivas, pois Joana estava fugindo do feitor, que vinha gritando em sua direção:

Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos à procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge! (Reis, 2018a, p. 166).

Ao aproximar-se da mulher escravizada, a “senhora abolicionista” percebe que ela está trêmula e com medo, e abriga-a em sua casa. Quando chega o filho de Joana, Gabriel, também escravizado, que a estava procurando, fica-se sabendo que Joana teve sua sanidade mental afetada pelas violências que sofrera e por isso fugia constantemente. Fato interessante, pois, se em 1859, na epígrafe de *Úrsula*, Firmina afirmava que “[...] a mente, essa ninguém pode escravizar”, agora, em 1887, no conto “A escrava”, a autora já não parecia estar tão certa disso.

Assim como Preta Susana, Joana também é uma mulher escravizada que, mesmo debilitada, narra sua própria história. Quando seu filho tenta, com boas intenções, falar por ela, Joana toma a palavra e diz: “Não! Eu mesma. Eu ainda posso falar” (Reis, 2018a, p. 172). E em sua narração, ela evidencia as violências que sofreu, desde a exploração de seu corpo e trabalho até a separação de seus filhos proveniente do tráfico interprovincial de escravizadas/os. Além de Gabriel, Joana tinha dois outros filhos gêmeos, Carlos e Urbano, que com oito anos foram vendidos pelo senhor de escravizadas/os e levados à força para o Rio de Janeiro, fazendo com que Joana enlouquecesse.

Destacamos que, no conto em questão, o movimento abolicionista foi representado através da personificação de uma mulher, apontando para a presença e movimentação femininas na província. A personagem descrita como uma “senhora de sentimentos abolicionistas” narra o acontecimento do encontro com a escravizada Joana de forma que evidencia

[...] ser uma mulher que toma a fala em eventos e salões para apresentar seus pontos de vista; além disso, a personagem demonstrou ter conhecimento da legislação a respeito da escravidão, utilizando-o a seu favor na defesa da liberdade dos escravizados (Silva, 2023, p. 56).

Dessa maneira, Firmina constrói e descreve com maestria, nessa narrativa, as duas nuances das demandas das mulheres nos oitocentos: a das mulheres brancas, que articularam as lutas pela Educação e que passaram a reivindicar o direito de falar e atuar nos espaços de decisão política; e a das mulheres pretas que, atreladas ao trabalho escravo, buscavam falar, reivindicando, de início, sua sobrevivência (Silva, 2023).

É importante enfatizar isto porque apesar de a autora ter alcançado certo respeito e reconhecimento locais devido à veiculação de seus escritos e à sua atuação como professora de primeiras letras, ela não deixou de ser uma mulher preta, filha e neta de mulheres alforriadas. Sua mãe, Leonor Felipa Reis, e sua avó, Engrácia Romana da Paixão, haviam sido escravizadas pelo Comendador Caetano José Teixeira, importante comerciante, proprietário de terras e traficante de escravizadas/os, sendo depois ambas comercializadas com Balthazar José dos Reis. Após serem adquiridas por este último, obtiveram a alforria. Gomes (2022) aponta, e nós concordamos, ser muito provável que Balthazar tenha tido uma relação com a até então escravizada Engrácia. Assim, o fato de Firmina ser sobrinha de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) – filólogo, escritor e intelectual reconhecido no Maranhão e que teve influência sobre ela, a escritora, – pode ser explicado.

A informação de que sua mãe foi uma “mulata forra” e de que sua avó pode ter sido uma mulher africana (Gomes, 2022) é importante porque nos dá uma nova perspectiva sobre a posição de Firmina e a sua relação com as/os escravizadas/os. Apesar de ter mantido certa proximidade com Francisco Sotero dos Reis, Firmina teve suas raízes plantadas não no lado abastado da família, mas sim no lado que descende de mulheres escravizadas e, como salienta Gomes (2022, p. 88) “[...] uma ex-escrava será sempre ex-escrava nos estatutos de uma sociedade escravista”. Portanto, esse estigma de ser filha e neta de ex-escravizadas acompanhou-a durante sua vida e tempo de produção literária. Antes de escrever sobre a luta tanto das mulheres quanto das/os escravizadas/os, Maria Firmina dos Reis lutou pela sua própria inserção no mundo letrado. Ao escrever, ela não se dissociou de seu corpo-mulher-preta em *escrivência*⁶ e, por isso mesmo, sua experiência é tão relevante e importante.

⁶ Termo cunhado pela escritora e Doutora em Letras Conceição Evaristo (Nota dos Autores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos destacar que as mulheres estiveram ativamente ligadas à construção do movimento abolicionista e à veiculação de seus ideais por meio da Literatura no Nordeste – e no Brasil – do século XIX. Salientamos que essas ações foram marginalizadas pela historiografia tradicional e, ao recapitularmos suas experiências, enriquecemos o conhecimento acerca da temática, reconhecendo que as mulheres abolicionistas não são exceções ou pontualidades, mas sim tiveram intensa e diversificada presença dentro do movimento.

O abolicionismo valeu-se de vários instrumentos para se disseminar e se popularizar e um deles foi a imprensa. As mulheres abolicionistas também atuaram nesse espaço que se configurou de forma marcadamente masculina – através da escrita, publicando poemas, contos e textos nesses veículos; e ao tempo que denunciavam a escravidão, também lutavam por sua emancipação.

Destacamos, neste recorte de pesquisa a partir de nossa dissertação de mestrado, as experiências de escritoras abolicionistas nordestinas das províncias do Ceará, Bahia, Pernambuco e Maranhão, a fim de torná-las mais conhecidas no mundo acadêmico. Foram elas: Emília Freitas, Francisca Clotilde, Maria Ignez Sabino Pinho Maia, Maria Amélia de Queirós Sodré da Mata e Maria Firmina dos Reis – mulheres que deram importantes contribuições na imprensa abolicionista de suas províncias através da publicação de textos literários. Entretanto, demos maior destaque à figura de Maria Firmina dos Reis, sendo ela uma mulher preta, não pertencente à elite e descendente de mãe e avó alforriadas, que lutou contra os estigmas de gênero e de raça para se inserir no mundo letrado e ainda fazer denúncias da violência da escravização e da opressão direcionada às mulheres da época.

As escritoras por nós analisadas neste artigo negociaram suas permanências nos espaços de escrita, que eram marcadamente masculinos e brancos. Apesar dos processos de apagamento de suas atuações, suas ações foram de grande importância para o desenvolvimento do abolicionismo como um movimento social brasileiro, em especial no Nordeste. As escritoras/poetisas, que muitas vezes também atuavam como professoras, exerceram grande influência na propaganda abolicionista, incentivando o engajamento de outras mulheres. Vale destacar que, enquanto lutavam pelo fim da escravidão, também requeriam sua emancipação enquanto mulheres.

REFERÊNCIAS

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

E EU NÃO SOU FEMINISTA? Etiqueta: Partido Republicano Feminino. Em busca de cidadania e mais: as principais tendências do feminismo de primeira onda/vaga no Brasil. *Hypotheses*. 21/05/2020. Disponível em: <https://feminismos.hypotheses.org/tag/partido-republicano-feminino>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção, edição e organização). Ignez Sabino Pinho Maia – escritora baiana do século XIX. *Templo Cultural Delfos*, setembro/2021. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/06/ignez-sabino-pinho-maia.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FREITAS, Emília. *Fora do Ar*. Disponível em: <https://editoraforadoar.com.br/emilia-freitas>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GARCIA, F. Francisca Clotilde. Sábado, 4 de dezembro de 2010, às 01h01. *Fortaleza em Fotos*. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2010/12/francisca-clotilde.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOMES, A. *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*. São Luís: AML, 2022.

MARQUES, G. *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda, e Finisterre, de María Rosa Lojo*. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, A. *Ignez Sabino Pinho Maia – escritora baiana do século XIX*. *Templo Cultural Delfos*, 2023. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/06/ignez-sabino-pinho-maia.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. C. de. *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908)*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

PINTO, T. R. Maria Firmina dos Reis, pioneira na literatura. Primeiros Negros. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/maria-firmina-dos-reis-pioneira-na-literatura/>. Acesso em 27 nov. 2023.

REIS, M. F. dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018a.

REIS, M. F. dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018b.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, A. L. S. *Atuação de Maria Firmina dos Reis e de mulheres escritoras na imprensa abolicionista brasileira (1850-1890)*. 2023. 99 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2023.